

DA ANTIGUIDADE AOS TEMPOS MODERNOS: ALGUMAS BALIZAS SOBRE A RETÓRICA

From antiquity to modern times: some guidance on rhetoric

Arlete Ribeiro Nepomuceno¹

Sarah Caroline Dias Leão²

Edilene Ferreira dos Santos³

Resumo: Este artigo, recorte do projeto de pesquisa *Uma análise retórica de anúncios publicitários veiculados em revistas e panfletos*, financiado pela Fapemig, edital PRP 5/2013 PROINIC, propõe-se a evidenciar um panorama histórico dos estudos da retórica do seu surgimento à nova retórica. Para isso, consideramos basilares as contribuições teóricas de Aristóteles (1998), Reboul (2000), Plantin (1996), Plebe (1978), Carrilho (1990), Perelmann e Tyteca (2005), entre outros. Metodologicamente, valemos de uma análise qualitativa, com fundamentação científica, esboçando, com seus representantes mais significativos, um trajeto histórico da retórica. Observamos que a retórica passou por muitos períodos, sofrendo a interferência de uma diversidade de fatores, para, finalmente, após alguns movimentos cíclicos de recuperação, num verdadeiro reflorescimento, chegar ao século XX revigorada. Concluimos que a retórica, desde o seu limiar no Ocidente, com toda a complexidade que a envolve, já faz parte de um uso bastante antigo na história da linguagem, constituindo atividade estruturante de todo e qualquer discurso, o que traz a lume o poder persuasivo da argumentação.

Palavras-chave: Retórica. Argumentação. Linguagem.

1 Doutora em Linguística pela UFMG. Docente da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes.

2 Bolsista da Fapemig (edital PRP 5/2013 PROINIC). Graduanda em Letras Português-Unimontes.

3 Graduanda em Letras Português. Iniciação Científica Voluntária (ICV), em conformidade com o edital PRP 5/2013 PROINIC.

Abstract: This article is part of the research project named *A rhetorical analysis of advertisements in magazines and pamphlets*, funded by Fapemig edict PRP 5/2013 PROINIC. It intends to show a historical overview of studies on rhetoric and its emergence to the new rhetoric. For this, we considered foundations the theoretical contributions of Aristotle (1998), Reboul (2000), Plantin (1996), Plebe (1978), Carrilho (1990), Perelmann and Tyteca (2005), among others. We used as methodology a qualitative analysis on scientific reasoning, sketching the historical path of rhetoric with its most significant representatives. We observed that rhetoric has gone through many periods, suffering interference from a variety of factors. So finally after some cyclical recovery movements, a true revival happened in the twentieth century. We concluded that rhetoric, since its threshold in the West, with all the complexity that surrounds it, is already part of a very ancient usage in the history of language, constituting structuring activity of any speech, which brings to light the persuasive power of argumentation.

Keywords: Rhetoric. Argumentation. Language.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No estudo empreendido, trazemos à baila uma apresentação da história da retórica, com seus representantes mais significativos, a partir da Antiguidade até o século XX, valendo-nos, por vezes, de comentários sobre algumas obras, a exemplo de *Górgias* (Platão), *Arte Poética* (Aristóteles), *Tratado sobre a Oratória* (Quintiliano).

Ao longo de sua história, a retórica trilhou um percurso marcado por altos e baixos, afastou-se da retórica dos gregos, migrou-se para a dos latinos, sofreu a interferência de contextos históricos, firmou-se na qualidade de arte da palavra como embalagem do raciocínio, como técnica prática, como arte de estilo, do encantamento e do ilusionismo, assistiu a momentos de esplendor e declinou-se. Após percorrer um longo caminho, com o advento da nova retórica, refloresceu, alargou-se não se limitando a poucos gêneros, incorporando formas modernas de discurso, a exemplo do discurso publicitário, oferecendo, assim, caminhos para interpretar discursos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A retórica – quase sinônimo da argumentação¹ –, reportando aos primórdios, é uma das disciplinas humanas mais antigas, não sendo uma ciência *a priori*. Na verdade, a oratória floresceu antes dela; o que supõe uma pré-retórica, “uma ‘retórica *avant la lettre*’ bem anterior à sua definitiva configuração como ciência do discurso oratório” (ARISTÓTELES, 1998, p. 12)².

Para Reboul³, o nascimento histórico da

retórica como metalinguagem do discurso oratório, cuja origem é judiciária, tem raízes no século V a.C., por volta de 465, em Sicília. Os relatos dão conta de que, naquela época, a Sicília era governada por dois déspotas sicilianos, Gélon e Hiéron, que tinham se apoderado de terras dos seus legítimos donos para distribuí-las aos seus soldados⁴. Decorrente desse fato, houve uma revolta democrática, e os tiranos foram destronados do poder.

Posto isso, num cenário em que a democracia se impôs à tirania, a reposição da ordem levou proprietários espoliados a solicitarem devolução das terras confiscadas, instaurando processos judiciais com júris populares, nos quais esses proprietários eram obrigados a se socorrerem valendo-se das suas faculdades orais de comunicação, pois, naquela época, não existiam advogados³.

Consequentemente, houve necessidade da criação de uma arte de bem falar e argumentar em público que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos sicilianos a defenderem suas causas e lutarem pelos seus direitos, surgindo os primeiros “retores” da que viria, mais tarde, a chamar-se retórica.

Nesse cenário, **Córax** e **Tísias** mobilizaram-se na defesa dos vilipendiados em seus direitos, florescendo a arte de persuadir com os primeiros escritos para se falar diante de um tribunal de que se tem notícia: a arte retórica – o primeiro tratado da argumentação –, “uma coletânea de preceitos que tinha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça” (REBOUL, 2000, p. 2)³. Com o propósito de posse da terra, a gênese da retórica explica-se por essa ocorrência histórica, de ordem sociopolítica.

Para Reboul³, Córax inventou um argumento,

o córax, capaz de auxiliar os defensores das piores causas, crendo que uma coisa é inverossímil por ser verossímil demais, para o qual a primeira definição de retórica é: “criadora de persuasão”. A base da retórica de Córax e Tísias era a procura do verossímil, do tipo probatório, que “visa trazer, se não a prova, ao menos a melhor prova” (PLANTIN, 1996, p. 9)⁴.

Dando continuidade, dentro desse novo cenário democrático, na segunda metade do século V a.C., prevalecia a importância da função pública dos oradores, e a palavra não era só um instrumento de ascensão política, mas também um problema a preocupar retóricos e pensadores. Preparar as pessoas para a vida pública, conferindo-lhes capacitação e virtude política, representava habilitá-las na arte da persuasão.

É assim que, atendendo aos requisitos da ação política democrática, afluíram a Atenas, dotados de um saber enciclopédico, professores itinerantes: os *sofistas*. Autodenominados sábios, eram bem-remunerados, a quem as famílias mais ricas delegavam a educação dos filhos, na expectativa de que se preparassem, habilmente, para desempenhar seu papel na democracia grega e ascender na vida pública.

Há de se ressaltar que, em virtude de eles fazerem viagens, por meio das quais conheciam usos e hábitos diferentes, automaticamente possuíam uma visão de mundo maior do que a dos cidadãos atenienses, o que lhes permitia evidenciar aos discípulos o fato de um assunto poder suscitar pontos de vista divergentes⁵.

Nesse viés, na retórica antiga, escolhia-se uma temática sobre a qual já houvesse uma opinião formada pelo senso comum e escrevia-se um texto contrário a essa opinião – o que fará com que a filosofia se indisponha mais tarde. De mais a mais, para os sofistas, criadores da retórica como arte suprema, capazes de persuadir e demonstrar tanto o acerto de uma tese como a que lhe é oposta, não

existia verdade absoluta e, com boa eloquência, tinham como meta ganhar uma causa e convencer um auditório, com uma mensagem contrária às pretensões dos filósofos.

Ainda, para eles, a essência da arte da oratória ou da arte da retórica não se configurava em buscar os fundamentos de argumentação dentro de uma investigação sistemática, mas em ensinar ao cidadão ateniense os recursos retóricos para buscar, a qualquer custo, sempre vencer um adversário. Nesse viés, provavelmente, isso fez com que eles mesmos contribuíssem para que o termo sofista estabelecesse sinonímia com raciocínio falaz, com mercadores de explicações falsamente claras das coisas.

Contudo, aos olhos de Platão e Aristóteles, esse modo de tratar as coisas, marcado pela superficialidade sensível e pelo desprezo à verdade, não satisfazia. De acordo com Aristóteles, os sofistas eram aqueles que obtiveram lucros de uma sabedoria que parece e não é. Sobre o sofista, Platão (1983, p. 151-152)⁶ pontua: “[...] é uma falsa aparência de ciência universal, [...]. E, para voltar ao sofista, diga-me: está claro que se trata de um mágico que imita as realidades ou guardamos alguma veleidade acreditando que ele tem ciência de todos os assuntos aos quais parece capaz de contradizer?”

Num segundo momento, de certo modo diferente de Córax e Tísias, na senda dos sofistas, surge **Górgias** (487 a.C.-380 a.C.), adepto de “uma nova fonte da retórica: estética e propriamente literária” (REBOUL, 2000, p. 4)³, um dos mais célebres sofistas, tanto pelos elogios dos que o admiravam como pelos ataques de Platão.

Górgias, fundador da eloquência epidíctica, promove uma retórica a serviço dos ornamentos do discurso, com uma prosa eloquente, ritmada e tão bela quanto a poesia, desenvolvendo a força persuasiva da emoção e a magia da palavra expressiva.

Vista sob esse prisma, a retórica de Górgias, pai do estilo sofista, atua na defesa da “existência de um conhecimento relativo, não absoluto, que deveria ser valorizado na filosofia”, fazendo com que desaparecesse “o critério da verdade como realidade irrefutável” (FERREIRA, 2010, p. 42)⁷. Portanto, para Górgias, não existe verdade em si mesma, havendo tão somente opiniões que mudam com as pessoas, em que são tidas como melhores as que mais convencem.

Por valorizar a forma persuasiva da emoção e aproximar a retórica da poesia, Górgias viu no orador a figura de um psicagogo, um guia de almas por meio de um discurso elegante, brilhante e encantador. Na trilha de uma retórica psicagógica, voltada para o fascínio enganador das palavras, ele se vale da sedução irracional que as palavras podem exercer, mais ou menos aparentadas com a magia. Segundo Plebe (1978, p. 7)⁸: “A eloquência é enganadora, como a música é o encantamento, porque ambas não são ciências demonstrativas (como queria a retórica do ‘verossímil’), mas artes médico-mágicas, cuja essência reside na força de uma persuasão psicológica, irracional”.

Por essa via, abre-se espaço a uma retórica artística, cuja finalidade não é a busca da verdade, e sim o domínio dela por meio das palavras: “ela já não está devotada ao saber, mas ao poder” (REBOUL, 2000, p. 10)³, sendo, pois, inacessível ao homem. Eis a pertinência do que afirmam Ferro e Tavares (2001, p. 60)⁹:

O papel da arte não visa à conformidade com a verdade, mas criar a ilusão, coerência mental, a que Górgias chama de justiça e sabedoria. Torna-se possível a comunicação, à medida que a linguagem transmite não o conhecimento, mas emoção; a linguagem não designa o real, mas toca a alma que é concebida como receptividade. A psicagogia é a arte de, pela persuasão, conduzir a alma.⁹

Outro representante da corrente sofista é **Protágoras** (486 a.C.-410 a.C.), com um elo entre a sofística e a retórica, para quem “o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são”, exprimindo o relativismo da sofística. Com essa assertiva, Protágoras pontua que as coisas são como aparecem ao homem; não há outro critério de verdade. Assim, “não existe verdade em si, mas uma verdade de cada um, de cada cidade; e o importante é o que lhe permite fazer-se valer e impor-se, que é precisamente a retórica” (REBOUL, 2000, p. 4)³.

Por meio de uma arte elaborada, ele ensina aos discípulos a técnica erística, arte de vencer uma discussão contraditória, para a qual é considerado o fundador, partindo do pressuposto de que, em torno de cada questão, existem dois discursos opostos reciprocamente e que qualquer assunto pode ser sustentado ou refutado.

Enquanto Platão e Aristóteles envidavam esforços para refutar a retórica e a sofística, proclamando-se não nutridos pelo pensamento sofista e integrando-se a “filosofia” no discurso,

surge **Isócrates** (436 a.C.-338 a.C.). Humanista, discípulo de Górgias e Sócrates, contemporâneo de Platão, buscou cumprir a exigência *gorgiana* de uma arte da persuasão, bem como a exigência socrática da busca filosófica.

Se, para Górgias, a palavra era apenas criadora de persuasão e de psicagogia, para Isócrates, era, principalmente, produtora de sabedoria, um dom divino. Nessa medida, “a função da retórica não mais se assenta, como para Górgias, numa força irracional, mas consiste num método de educação racional, destinado a tornar os homens bons e sábios” (PLEBE, 1978, p. 36)⁸.

Propondo uma retórica mais plausível e moral que a dos sofistas – a serviço de uma causa honesta e justa –, Isócrates tenta libertá-la do domínio sofístico e busca ultrapassar a dicotomia retórica *versus* verdade. Para Ferreira (2010, p. 43)⁷, Isócrates “tentou conciliar a perspectiva sofística da retórica com a filosofia *platoniana* e uniu a retórica à sabedoria ao afirmar que uma nada vale sem a outra, pois a capacidade discursiva é o mais importante sinal da razão humana”. Tringali¹⁰, por sua vez, sublinha: a retórica de Isócrates se faz uma arte de bem pensar, bem viver e bem falar.

Cumprindo assinalar que Isócrates, em 392 a.C., em Atenas, fundou uma escola de oratória que se tornou famosa com muitos discípulos, propondo-se a desenvolver a arte política, transmitindo-lhes a arte de emitir opiniões prováveis sobre coisas úteis.

Há de se salientar, ainda, que, nos tempos de Platão (427 a.C.-347 a.C.), numa educação como a ateniense, cujos destinos dependiam em grande medida da atuação dos oradores, a retórica transformou-se numa arte suprema, a serviço do poder, possibilitando ao que a dominasse a oportunidade de desempenhar, politicamente, uma posição de destaque, assumindo altos cargos no governo democrático.

Nesse contexto, como se sabe, conscientes desse poder do discurso, estavam os sofistas.

Segundo Dinucci (2008, p. 4)¹¹, faz parte do pensamento sofista

a afirmação da importância do discurso para a vida pública, a necessidade de provê-lo de recursos próprios da poesia [...], a afirmação de que o discurso é o instrumento pelo qual se deve louvar os homens que contribuem para a harmonia social e censurar aqueles que agem de modo anti-social, bem como é através dele que podemos suscitar a filantropia e aproximar os homens uns dos outros, não por uma comunicação no sentido realista do termo, mas por meio do despertar que hoje chamamos de empatia.¹¹

Contrário à retórica e à sofística, **Platão**, concentrando-se não no poder do discurso, mas na aparente ambiguidade retórica dele, acreditava que os oradores se valiam da eloquência não para evidenciar a verdade às pessoas, mas sim para confundir, manipular, seduzi-las com recursos desonestos, e, por meio da persuasão, levar o cidadão ao erro, ameaçando a harmonia social. Consoante Ijsseling (1976, p. 201-202)¹²:

Platão se permite comparar a palavra do poeta e do orador ao canto das sereias [...] Pela métrica, pelo estilo e pela dicção, a palavra do poeta e do orador possui uma força sedutora e perigosa [...] A retórica é, como diz o platônico Plutarco, uma *téchne alupías*, quer dizer uma técnica para apagar e fazer esquecer a infelicidade, a miséria e a injustiça (Vita Orat., X 3). Os poetas e os oradores, segundo essa tradição, se esforçariam para construir um mundo imaginário e ilusório em que o homem se sente seguro. A palavra do orador engendra o esquecimento [...] ela acalma as dores, a cólera, ela dissolve todos os males, mesmo a injustiça.¹²

Retomando Isócrates, se ele engrandece a retórica a qual se pode chamar de “filosofia”, entendendo por retórica a síntese da arte da persuasão e da arte do viver social, Platão, ao contrário, em nome da filosofia, polemiza contra

a retórica como uma arte, num de seus maiores diálogos do primeiro período, senão o maior, o *Górgias*.

Sem entrar em detalhes, não se faz aqui um estudo dos grandes horizontes retóricos do pensamento platônico em seus diversos diálogos (Fédon, Teeteto e Filego). A intenção é evidenciar que Platão reage, sobretudo em *Górgias*, contra a retórica como forma sedutora porque ela, para ele, hipertrofia a linguagem, visando somente a resultados, não sendo uma verdadeira arte, mas mera técnica de elaboração de discursos.

O diálogo *Górgias* representa o ápice da fustigação platônica à retórica sofística, em que Platão examina a essência da retórica e procede a uma crítica da retórica sofística, da moral e da política dominantes. Para Platão, a retórica sofística descarta o estabelecimento e a afirmação da verdade, não busca a verdade universal, mas visa à aparência e se fixa sobre ela, bem como o verossímil e o prazer, desprezando o fato de a verdade suprema ser a felicidade do homem.

Assim, na academia que fundou em 387 a.C., a qual lhe sobreviveu cerca de mil anos, a atividade humana, se pretendesse ser correta, não poderia ser norteada por valores instáveis, segundo o relativismo e a diversidade de opiniões, mas requereria uma ciência dos fundamentos da realidade em que aquela ação estava inserida.

Ainda a propósito de *Górgias*, uma crítica ao posicionamento platônico encontra-se em Cícero (1969, I, 11, p. 47)¹³: “O que mais me espanta em Platão é que, ainda que ele zombe da retórica, oferece provas de que é um grande orador”. Ora, vê-se que o ataque de Platão à retórica se processa por meio de recursos advindos da própria retórica. Nesse contexto, poder-se-ia questionar: o que é verdade? A filosofia consegue conceituar verdade? A verdade não seria relativa? O verdadeiro, embora

exista em essência, não possui rigor estritamente natural; poderia ser construído visando a uma série de fatores ligados às múltiplas relações que os homens mantêm entre si.

Diante desses dois caminhos – o de Isócrates e o de Platão – surge, no século IV a.C., **Aristóteles** (383 a.C.-322 a.C.). Filósofo estagirista, discípulo dileto de Platão, trabalhou em Atenas por uma vintena de anos, na Academia platônica, à sombra do mestre; contudo, abandonou a Academia, por não ter sido, após a morte do mestre, o seu substituto, e fundou, em 335 a.C., uma escola concorrente: o Liceu.

No que concerne à retórica, Aristóteles (1998, Livro I, p. 48)¹⁴ a define: “a faculdade de ver, teoricamente, o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão [...]”. Na perspectiva aristotélica, por meio do discurso, pode-se persuadir alguém de uma verdade (ou o que parece ser verdade), desde que seja susceptível de persuasão.

Seguindo esse raciocínio, com Aristóteles, houve a reabilitação da retórica atribuindo-lhe um papel mais modesto do que lhe atribuíram os retores mais antigos, apresentando-a como um meio de produzir algo que pode existir ou não, propondo, assim, “o raciocínio da verdade provável e não provada, da verdade plausível e não certa, da verdade verossímil e não evidente” (CARRILHO, 1990, p. 70)¹⁴.

Na sua obra *Arte Poética*, uma perfeita síntese dos estudos retóricos, apresenta, com qualidades imprescindíveis para uma argumentação exemplar, a clareza e a adequação dos meios de expressão ao assunto e ao momento do discurso persuasivo.

Segundo Aristóteles², a persuasão encontra-se ligada, principalmente, por uma tríade de provas técnicas da retórica: caráter moral do orador;

disposição dos ouvintes, quando são levados a sentir emoção; o próprio discurso, quando da demonstração da verdade ou do que parece ser verdade.

Levando-se em conta o tipo de auditório a que se dirige, Aristóteles apresentou três gêneros retóricos a que os discursos pertencem: judiciário, deliberativo e epidítico, ligados aos três tempos fundamentais. O gênero *judiciário*, ligado ao passado, que visa à defesa ou acusação de alguém num tribunal, com a aplicação de regras, deliberando, de preferência, nas categorias do justo e do injusto, do bom e do torpe. O gênero *deliberativo*, ligado ao futuro, que se propõe a (des)aconselhar uma atitude ou ação diante de uma assembleia; resolver problemas relacionados ao povo e à administração das cidades, centralizando-se no útil e/ou no nocivo. O gênero *epidítico*, ligado ao presente, que objetiva vituperar ou louvar alguém.

Contudo, há de se ressaltar que, naquela época, o filósofo Aristóteles já tivera a clarividência de observar o fato de os “gêneros do discurso” poderem evidenciar não só variações diversas, mas também imbricações várias entre eles:

[...] porque há três gêneros, há três fins distintos. O fim do gênero deliberativo é o útil e o prejudicial, pois, quando se dá conselho, este é apresentado como vantajoso, e quando se pretende descartá-lo ele é apresentado como funesto. Por vezes, este gênero toma algo dos outros, por exemplo, o justo ou o injusto, o belo ou o feio. O fim para os pleiteantes é o justo ou o injusto, mas acontece que também eles colhem elementos de outros gêneros. Quando se louva ou se censura, as referências são feitas ao belo ou ao feio; sucede todavia que também aqui se introduzem no assuntos elementos estranhos (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 43).¹⁵

No tocante à elaboração de um discurso retórico, Aristóteles² apresentou cinco partes essenciais à produção de um bom discurso. A *invenção* é a etapa argumentativa na qual se procura desco-

brir argumentos adequados para a comprovação dos objetivos, sendo retidos os melhores argumentos. A *disposição* é a etapa de organização textual com a ordenação dos argumentos e das partes do discurso: exórdio, narração, argumentação e epílogo. A *elocução* é exposição correta do pensamento num encadeamento satisfatório com o uso de recursos expressivos. A *memória* é o registro do discurso. Por fim, a *ação* oratória, momento da *performance*, da entrega, do espetáculo do discurso, com a técnica retórica do corpo, do gesto, da voz.

Ressalta-se que, até aqui, se traçou, sumariamente, a evolução da retórica entre os gregos. Segundo Reboul³, depois de Isócrates e Aristóteles, a retórica se instala na cultura grega helenística como disciplina essencial. Contudo, o florescimento da retórica entre os latinos foi tardio e há pouco a dizer. Como se sabe, em todas as esferas da cultura romana, a influência grega foi enorme.

No século II a.C., ou até mesmo antes, a aristocracia romana adotava a cultura e os métodos gregos de educação. As crianças aprendiam a falar, ler e escrever grego tão bem como o latim e, por vezes, completavam sua educação em grandes centros helenísticos de filosofia e retórica. Com a decadência da civilização grega, com o reinado quase absoluto da cidade de Alexandria como centro mundial da cultura helenística grega na época helenística, entre outros fatores, houve a transferência do eixo cultural de Atenas para Roma que se tornara o centro do maior império formado até então.

Decorrente disso, dentro do contexto de helenização geral da cultura, em meados do século II a.C., os retores gregos deram início às escolas de retórica em Roma, lançando com elas os fundamentos de uma fecundante tradição retórica latina.

Contudo, vale ressaltar que, em Roma, resistências iniciais dos aristocráticos fizeram com que escolas de retóricas fossem fechadas, o seu

ensino fosse tardio e reservado por muito tempo a alguns círculos, o que pode ser confirmado num extracto de dois censores aristocráticos, pertencente a *Noites Áticas*, de Aulo Gélio (XV, 11, *apud* PLEBE, 1978, p. 79-80)⁸:

Fizeram-se saber que certos indivíduos instituíram um novo gênero de ensino e que a juventude aflui a suas escolas; eles deram a si próprios o nome de retores latinos [...]; os jovens passam junto deles dias inteiros. Nossos antepassados determinaram o que queriam que fosse ensinado a seus filhos e as escolas que deveriam frequentar. Estas novidades estranhas aos costumes tradicionais dos antepassados não nos agradam e não nos parecem de bom quilate. Por conseguinte, decidimos dar claramente nosso aviso, tanto aos que possuem estas escolas como aos que costumam frequentá-las: isso não nos agrada.⁸

Apesar dessa reação negativa de conservadores romanos, as escolas dos retores acabam por impor-se em Roma e promovem a continuidade da retórica. Porém, talvez a resistência desses conservadores tenha ocasionado um período clássico de difícil comprovação de dados, perda de um conjunto de obras – muito embora algumas delas tenham sido recuperadas, algumas possuem autoria desconhecida.

Em meio a isso, a retórica torna-se, também, latina, e, aproximadamente em 85 a.C., surge o tratado *Rhetorica ad Herennium*, inspirado no paradigma aristotélico, figurando com o tratado mais antigo em latim. Ressalta-se que houve um tempo em que sua autoria foi atribuída erroneamente a Cícero; hoje é atribuída ao retor Cornifício.

O autor dessa obra retoma a classificação grega aristotélica sobre a divisão das partes que compõe a retórica: invenção, disposição, elocução, memória e pronúncia; em particular, a invenção e a elocução. Seu grande mérito está no fato de haver

divulgado, consolidado e popularizado, com bases em fontes gregas, os fundamentos da teoria retórica em latim, adotada a *posteriori* pelos autores de retórica (PLEBE, 1978, p. 65)⁸.

Por volta de 80 a.C., surge o exímio orador **Cícero** (106-43 a.C.), para quem o orador ideal deve saber falar bem sobre qualquer assunto, com clareza, na medida certa: “Ser eloqüente é poder tratar assuntos menores em estilo simples; assuntos médios em estilo temperado e grandes assuntos em estilo sublime” (CÍCERO, 1969, p. 29, 10)¹³.

O modelo *ciceroniano*, ao lado do de Platão e Aristóteles, segundo Ferreira (2010, p. 44)⁷, “introduz o privilégio da retórica e a eleva ao nível da arte das artes. Difunde uma visão de cultura em que a retórica cumpre o seu papel centralizador e unificador”. Retomando os estudos aristotélicos, Cícero consegue demonstrar em Roma a força e a beleza das palavras classificando a persuasão em três níveis: convencer, comover e agradar.

Em conformidade com Plebe (1978, p. 81)⁸, “jamais voltará um momento histórico em que a retórica venha a ocupar um posto tão elevado quanto no pensamento *ciceroniano*, em que constitua, ao lado da filosofia, o supremo grau da educação e do saber humano”.

Há de se destacar que, logo depois de Cícero, a retórica latina antiga entra em crise, pois a arte oratória só sobrevive na democracia. Sem ela, a liberdade foi sufocada, impedindo o florescer de uma legítima oratória. É assim que, especificamente, da mesma forma que a queda da tirania dos déspotas sicilianos possibilitou o florescimento da retórica grega, a queda do Império Romano assinalou o declínio da retórica latina.

Por volta de 95 a.C., o último orador notável da retórica latina, Quintiliano (20-100)¹⁶, publica a obra *Tratado sobre a Oratória*, na qual apresenta suas ideias sobre a educação a partir da primeira

infância, estabelecendo a pedagogia da retórica, bem como sobre a virtude da oratória.

Quanto à retórica, o orador clássico Quintiliano define-a como “a arte do bem falar”, em que é essencial o valor estético estar entrelaçado ao valor moral, pois, segundo ele, se houver causa injusta, não há retórica. Falar bem é ser homem de bem.

Consoante Curtius (1996, p. 104)¹⁷:

Para Quintiliano, o homem ideal só pode ser o orador. Só ao homem concedeu o Deus supremo e formador dos mundos o privilégio da fala. A oratória está, pois, muito acima da astronomia, da matemática e de outras ciências. Mas o homem perfeito deve, necessariamente, ser bom.¹⁷

De acordo com Quintiliano ([s.d.])¹⁶, os gêneros do discurso são três: sutil, florido e sublime. O *sutil* é o responsável por narrar e provar os fatos, encerrando “uma plenitude tal que prescindir de outras virtudes”; o *florido*, cuja função é o deleite do ouvinte; e o *sublime* (grandioso), cujo objetivo é causar impacto no público.

Contudo, há de se destacar que, anteendo a multiplicidade de gêneros, ele pontua: “assim também entre cada um desses três gêneros, digamos primários, podem-se colher inúmeros outros, cujas diferenças se mostram igualmente sutis e igualmente importantes” (QUINTILIANO, [s. d.], X)¹⁶.

Ressalta-se que são apresentadas, em linhas gerais, somente essas três obras axiais romanas, já que, depois dos trabalhos de Cícero, a eloquência da retórica latina entrou em crise. Também depois de Quintiliano, a retórica latina não produziu mais obras geniais. Segundo Riposati (1951, p. 670-671)¹⁸: “todos os que virão depois dele, ora fazendo eco a orientações estoicas, platônicas [...], ora apoiando-se inteiramente em Cícero e em Quintiliano, com freqüência, criarão dispersões

e confusões de idéias, que não vão além das exigências da escola”.

Com se viu, Aristóteles, Cícero e Quintiliano constituem uma ponte entre a Antiguidade e a Idade Média. Durante a Idade Média, destaca-se a grande influência deles nos estudos argumentativos.

Por volta do século III, após séculos de glórias e conquistas, o poderoso Império Romano, que durante milênios dominava a Europa, começou a apresentar sinais de crise, abalado por uma grave crise generalizada em suas instituições. Em meio a isso, dá-se início ao período medievo, no qual a Igreja se tornou “depositária dessa cultura antiga, retórica inclusive” (REBOUL, 2000, p. 77)³.

Consequentemente, nos primórdios da Idade Média, a oratória esvai-se nas práticas vazias das declamações, com discursos fictícios, limitando a grupos mais restritos, a exemplo das escolas. Segundo Curtius (1996, p. 100)¹⁷:

[...] a retórica chega à Idade Média em conexão com as artes liberais. A escola conserva-a como ‘legado de autoridade’. Seu destino já não é determinado por uma evolução histórica viva. Mostra sintomas de degenerescência, perda de substância, atrofia. Não se pode por isso apresentá-la num quadro uniforme nos primeiros séculos da Idade Média.¹⁷

No limiar desse processo histórico, o ocaso da retórica antiga, com a perda dos grandes debates políticos, não significou o seu sepultamento, mas sim novos horizontes, cedendo lugar, num primeiro momento, a uma retórica artificial (com os jovens aprendendo retórica na escola), ornamental, com debates estereis, mas, num segundo momento, abrindo espaço a uma retórica cristã, com uma união fecunda entre razão, fé e oração.

Na verdade, embora a retórica clássica tenha perdido os grandes discursos políticos, que só recuperará nas democracias modernas, se leva em conta a importância que ela tinha na vida

pública e política, ela conquistará no medievo uma multiplicidade de gêneros: cartas, pregações, sermões, testamentos, consolações, tratados filosóficos etc.

Na sociedade medieva, entre os séculos V e VII, a retórica ocupa um lugar de destaque, na qualidade de uma das disciplinas do *trivium*, como arte por excelência do discurso, ao lado da gramática e da lógica, bem como das quatro disciplinas do *quadrivium*: aritmética, música, geometria e astronomia, o que se chamava de “as sete artes liberais”.

Diferentemente dos primórdios da arte da retórica, a qual estava ligada a práticas democráticas na Idade Média, apresenta-se a retórica numa relação com a cristianização, o que subjaz à ideia de “uma ruptura total com a cultura antiga, cujo cerne é constituído pela retórica: cultura pagã, idólatra e imoral, que só poderia afastar a redenção, ‘única coisa necessária’” (REBOUL, 2000, p. 77)³.

Com o advento e expansão do Cristianismo, volta-se a atenção à retórica, por meio das pregações religiosas, ainda que com relutância, para divulgar e espalhar a nova religião e a fé cristã. Logo, o Cristianismo não está relacionado ao declínio da retórica.

No século IV, destaca-se **São Jerônimo** (340-420), grande responsável pelo desenvolvimento das pregações no mundo medievo, escritor, filósofo e tradutor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim, cuja tradução foi e é muito importante. De cultura enciclopédica, sua tradução da Bíblia para o latim, *Vulgata*, é considerada ainda o texto bíblico oficial da Igreja Católica Romana.

Na Alta Idade Média, no quinto século, sobreleva-se **Santo Agostinho** (354-430). Filósofo do Cristianismo, teólogo e escritor foi mestre de retórica e, com o seu platonismo, dominou a

filosofia medieval. Quando do início do declínio do Império Romano, desenvolveu o conceito de Igreja como a cidade espiritual de Deus.

Para ele, a sabedoria é a pedra fundamental da oratória. Endossando o pensamento de Platão, para quem a arte de persuadir não deve ser do verdadeiro e do falso, adverte para o perigo de a retórica vir a ser utilizada do mesmo modo dos sofistas: “que se diga ao menos com sabedoria o que não se consegue dizer com eloquência, de preferência, a dizer eloqüentemente coisas tolas” (AGOSTINHO, 2002, p. 274)¹⁹.

Na obra *A doutrina cristã*, de modo especial no Livro IV, mostra a maneira de entender e pregar a Sagrada Escritura, destacando os princípios essenciais da retórica, com um modo claro, agradável e persuasivo de ensinar as verdades cristãs. Nela, percebe-se o seu vasto conhecimento sobre a Bíblia, pois explorou, com sutileza, suas partes mais profundas e obscuras.

Ocupando posição de destaque entre autores cristãos da Idade Média, Agostinho é considerado o grande filósofo do Cristianismo, para quem o trabalho cultural deve estar apoiado na fé e propagação do amor. Outrossim, assumindo posição análoga à de Cícero, ele ressalta que o orador eloquente deve instruir, agradar e converter, buscando um discurso simples, sublime e temperado, não se esquecendo do auditório a que se destina nem do conhecimento sobre o assunto de que fala.

Cumprir dizer que Agostinho influenciou no modo de pensar do homem medieval. Aliás, para que houvesse “a aceitação e prestígio da Retórica entre os cristãos, inclusive compondo as disciplinas do *Trivium*, foi fundamental a posição de Santo Agostinho, que a defendeu veementemente dos seus opositores, considerando-a um eficiente meio de catequese das almas” (MALEVAL, 2008, p. 9)²⁰.

Ainda na Alta Idade Média, aos séculos VI e VII, pertence também outro expoente dos estudos retóricos, **Santo Isidoro de Sevilha** (560-636), bispo, que dedicou um livro de suas *Etimologias* à retórica e à dialética, enfatizando a retórica no discurso forense. Essa sua obra, muito difundida e consultada ao longo do medievo, disseminou no mundo medieval a retórica como a ciência do bem dizer nos assuntos civis, com a eloquência própria para persuadir o justo e o bom.

Isidoro de Sevilha, na esteira de Aristóteles, valoriza a importância da gramática para a oratória, pois com ela se instrui na ciência do bem falar de forma correta; bem como se aprende o modo como devem expor-se conhecimentos adquiridos. Há de se destacar a importância do seu papel para o desenvolvimento da pregação.

Posteriormente, a partir dele, por volta do século X, assistiu-se à edificação da educação monástica medieval, restringindo-se a retórica ao mundo monástico. Época de ouro do monasticismo, em que os mosteiros se tornaram verdadeiras escolas de retórica, fontes de divulgação, transmissão e preservação do saber.

A partir do século XI, a retórica percorreu novos horizontes, pois passou a ser utilizada em cartas e documentos, com vistas a satisfazer chancelarias reais e eclesiásticas, e tornou-se epistolar: era o florescimento da *ars dictaminis* ou *dictandi*.

Num salto à frente, ainda que aparentemente voltada ao passado, no Renascimento (séculos XV e XVI), segundo Reboul (2000, p. 79)³, a retórica se faz presente no ensino dos protestantes, jansenistas e jesuítas, “voltou aos cânones antigos e seu ensino constituiu o ciclo essencial de toda escolaridade”.

Nesse contexto, há de se destacar que os renascentistas estudaram o latim e o grego, bem como as línguas vernáculas, com base na literatura, na língua escrita das classes cultas, mais do que na lógica. Ainda segundo Reboul (2000, p. 79)³: “No entanto, é nesse período que começa o

declínio da retórica. As novas idéias vão dar-lhe um golpe mortal”, rompendo o elo entre a arte da argumentação racional (dialética) e a oratória, “que lhe davam força e valor”.

No contexto das transformações religiosas do século XVI, conhecidas como Reforma, dá-se início a uma retórica da literatura, na qual houve uma cisão entre os componentes lógicos e estéticos da retórica, afastando-se do aristotelismo escolástico, isto é, do logicismo que dominou os pensadores na segunda metade da Idade Média.

É assim que, no início dos tempos modernos, **Petrus Ramus** (1515-1572), filósofo e humanista francês, proclama o esvaecimento do lugar de preeminência conquistado pela retórica ao propor a sua redução “ao estudo dos meios e da expressão ornados e agradáveis” (REBOUL, 2000, p. 79)³.

Desse modo, mediante essa redução, sobra apenas a elocução, como “[...] uma teoria de afastamento, desvio ou rupturas discursivas, que passam a fazer parte dos manuais de gramática com o nome geral de ‘Tropos e figuras’ ou ‘Figuras de estilo’” (HASEN, 1994, p. 37)²¹, o que tornou a retórica uma coleção de figuras de linguagem.

A partir da propagação desse posicionamento ramista, a retórica vai perdendo fôlego, reduzindo o seu lume, o seu poder de persuasão, de maneira que sua posição de destaque não consegue ultrapassar o século XVIII.

A partir do século XVII ou XVIII, a retórica é posta a serviço do poder pontifício e das monarquias. A aristocracia fará dela um instrumento de distinção social, o que, em conjunto com a disseminação do método científico e a relevância dada à verdade científica (Positivismo), leva ao declínio, que se manterá no século XIX – com a sua rejeição pelos românticos em nome do enaltecimento da sinceridade –, e em grande parte do século XX.

Contudo, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, assiste-se ao reflorescimento dos estudos retóricos com a publicação da obra

Tratado da argumentação, a nova retórica, de **Perelman e Tyteca**²². “Essa obra, que se insere na grande tradição retórica de Aristóteles, Isócrates e Quintiliano, é realmente a teoria do discurso persuasivo” (REBOUL, 2000, p. 88)³.

Na concepção de Perelman e Tyteca²², a argumentação não conduz a uma verdade indiscutível, estando voltada à adesão de um auditório, à capacidade de influenciar, à comunhão dos espíritos. “[...] o campo é do verossímil, do plausível, do provável, à medida que este último escapa às certezas do cálculo” (PERELMANN; TYTECA, 2005, p. 1)²². Decorrente disso, no campo da argumentatividade, a verdade muda, à medida que mudam os argumentos; não há uma verdade absoluta.

Nesse caminho, na nova retórica, a força da palavra saiu vitoriosa, especificamente em razão de os teóricos, com um novo espírito, almejarem descobrir elementos de persuasão que pudessem justificar uma comprovação argumentativa. Desse modo, a argumentação é definida “pelas técnicas discursivas que permitem ampliar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMANN; TYTECA, 2005, p. 5)²².

Abre-se espaço a uma concepção alargada de retórica, em que o provável ocupa lugar de destaque na argumentação e se subjugava apenas à autoridade do auditório, que dá a palavra final sobre o que se argumentou, sendo a retórica do verossímil que permite o espaço persuasivo para a inserção do não racional no domínio retórico. A “verdade” pertence a alguém, com artimanhas retóricas para alcançar a persuasão.

Em vista desse alargamento, a retórica não se limita a três gêneros oratórios de outrora – gênero judiciário (forense), deliberativo (político)

e epidítico (cerimonial) –, pois incorpora formas modernas de discurso persuasivo, a exemplo da publicidade, infiltrando-se nos meios de comunicação, nas situações de comunicação entre os homens, e aproximando-se deles por meio da veiculação de mensagens atraentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se mostrar que a retórica, quase sinônimo da argumentação¹, desde os seus primórdios, com toda a complexidade que a envolve, já faz parte de um uso bastante antigo na história da linguagem, constituindo atividade estruturante de todo e qualquer discurso.

Assim sendo, todo discurso constitui, por excelência, uma argumentação, uma construção retórica, visto que procura não só conduzir o auditório numa direção determinada, mas também projetar um ponto de vista, em busca do assentimento às teses propostas.

Posto isso, não existem discursos neutros, não havendo textos cujos discursos venham a se apresentar desvinculados da realidade, não eivados de uma carga ideológica.

REFERÊNCIAS

1. KOCH, I. G. V. *Aspectos da argumentação em língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa). Universidade Católica de São Paulo. 1984.
2. ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

3. REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: M. Fontes, 2000.
4. PLATIN, C. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.
5. ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 6 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
6. PLATÃO. *Diálogos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. e notas de José Cavalcante de Souza; Jorge Paleikat; João Cruz Costa. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
7. FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.
8. PLEBE, A. *Breve história da retórica antiga*. Trad. e notas de Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: E. P. U./EDUSP, 1978.
9. FERRO, M.; TAVARES, M. *Análises das obras Górgias e Fédon de Platão*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
10. TRINGALI, D. *Introdução à retórica*. São Paulo: Duas cidades, 1998.
11. DINUCCI, A. Platão entre a filosofia e a retórica. *Prometeus Filosofia em Revista*, ano I, n. 2, Julho/dezembro, 2008.
12. IJSSELING, S. Rhetorique et philosophie. *In: La Revue Philosophique de Louvain*, n. 22, 1976.
13. CÍCERO, M. *De oratore*. Trad. H. Rackham. Londres: Havard University Press, 1969.
14. CARRILHO, M. M. (coord.). *Retórica e comunicação*. Lisboa: Asa, 1990.
15. ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [s.d.]
16. QUINTILIAN. *Institution oratoire*. Paris: Guarnier, [s.d.].
17. CURTIUS, E. R. *Literatura européia e idade média latina*. Trad. Teodoro Cabral; Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1996.
18. RIPOSALI, B. Problemi di retórica antica. *In: Introduzione alla filologia clássica*. Milan: C. Marzorati, 1951.
19. AGOSTINHO, S. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
20. MALEVAL, M. A. T. Da retórica medieval. *In: Gladis, Massini-Cagliari et al. (org.). Metodologias: Série Estudos Medievais*, 1. Rio de Janeiro. Grupo de Estudos Medievais da ANPOOL, 2008, p. 1-27.
21. HANSEN, J. A. *Retórica*. Anais Seminário UERJ, s.ed., 1994. Xerografado.
22. PERELMANN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: M. Fontes, 2005.